

**POSFÁCIO: O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL E ALGUNS DE SEUS
DESAFIOS**
[AFTERWORD: THE TEACHING OF PHILOSOPHY IN BRAZIL AND SOME OF
ITS CHALLENGES]

Pedro GONTIJO

Universidade de Brasília. Departamento de Filosofia e
Programa de Pós-Graduação em Metafísica.
E-mail: pedroegontijo@gmail.com

Resumo

O presente artigo procura contextualizar o ensino de filosofia no Brasil atual e apresentar alguns desafios para manter e ampliar sua presença na educação básica. Apresenta como desafios superar os ataques que a filosofia recebeu nos últimos anos, a necessidade de valorizar a produção filosófica feminina, tradições não ocidentais, a revolução tecnológica, os livros didáticos, a formação para a incidência política, os Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia e o aumento da produção de pesquisas sobre ensino de filosofia e o apoio às Olimpíadas de Filosofia.

Palavras-chave

Filosofia. Brasil. Conjuntura. Desafios

Abstract

The present article seeks to contextualize the teaching of philosophy in Brazil today and to present some challenges to maintain and expand its presence in basic education. It presents as challenges to overcome the attacks that philosophy has received in recent years, the need to value the feminine philosophical production, non-Western traditions, the technological revolution, textbooks, training for political incidence, the Meetings of the National Association of Graduate Studies in Philosophy and the increase of the production of research on philosophy teaching and the support to the Philosophy Olympics.

Keywords

Philosophy. Brazil, Current scenario. Challenges



Contextualizando...

Em 2019, o Grupo de Trabalho GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF, realizou mais um de seus encontros que ocorrem a cada dois anos em. Ocorreu em São Luis /Maranhão, nas dependências da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. A diversidade temática das apresentações não pode passar despercebida e exige de quem lida com o ensino de filosofia (professores de filosofia na educação básica e professores das IES) um esforço por mapear essa riqueza de experiências. Além das apresentações resultantes das experiências de docência na educação básica e das resultantes de pesquisas realizadas por docentes membros do GT, que há vários anos investigam sobre ensino de filosofia, ainda somaram apresentações resultantes de pesquisas feitas no Mestrado Profissionalizante em Filosofia – PROF-FILO.

No Brasil, temos uma história vacilante e errática da presença do ensino de filosofia na educação básica. MAZAI & RIBAS (2001), KOHAN (2004), PINHO (2014) SARDA (2018) entre tantos mostram aspectos dessa trajetória. Em 2008, havíamos assistido a última ação mais assertiva com a obrigatoriedade da presença da filosofia e sociologia no Ensino Médio.

Ao defender minha dissertação de mestrado no programa de Pós-Graduação em Educação na UnB, no ano de 2003, que versava sobre o ensino de filosofia no Ensino Médio no Distrito Federal, uma das conclusões da pesquisa era que de vivíamos, naquela época, não a riqueza de uma diversidade de experiências, mas uma uniformidade de desorientações (GONTIJO, 2004).

Nós estávamos vivenciando uma retomada das lutas pelo retorno/ampliação da presença da filosofia no Ensino Médio. Muitos estados não tinham aulas de filosofia e o Distrito Federal era um dos poucos que havia iniciado, dois anos antes, a experiência de ter duas aulas semanais de filosofia nos três anos do Ensino Médio. Isso representava teoricamente a possibilidade de adolescentes e jovens terem 240 horas de filosofia ao longo dos três anos.

Um interessante balanço da situação do ensino de filosofia no início da primeira década feito coletivamente foi coordenado por Walter Kohan (KOHAN, 2004). Ao observar agora tanto a realidade de 2001 (quando comecei o mestrado) no DF e no Brasil, e o que



foram esses 20 anos de caminhada, certamente podemos dizer que ainda existe muita desorientação, mas que prevalece uma rica diversidade de experiências que expressam perspectivas epistemológicas e metodológicas diferentes. Talvez não estejam sistematizadas suficientemente e ainda não difundidas e assimiladas por aqueles que atuam com ensino de filosofia, mas já há um caminho significativamente consolidado.

Como a realidade é dinâmica, não há que se falar em estabilidades e acomodações. Em 2017, escrevi um pouco o que me parecia ser um quando sobre o ensino de filosofia no Brasil naquele momento (GONTIJO, 2017). As mudanças políticas que o país viveu nos últimos anos com reflexos diretos nas políticas educacionais e nos ambientes de pesquisa nas instituições de ensino superior provocaram retrocessos mais ou menos complicados de serem combatidos, ao mesmo tempo que exigem repensar os avanços que eram esperados imediatamente antes dos atuais ataques. Ou seja, não só não avançamos como pretendíamos há poucos anos, como ainda temos que lidar com retrocessos. Há uma significativa mudança de agenda a ser feita nos níveis municipal, estaduais e federal, tanto na articulação de docentes e comunidade de pesquisa para repensar currículos e para exercer a incidência política.

O que acontece com a filosofia na educação básica está relacionada com o mundo globalizado e com o projeto político e econômico que vem sendo implantado no país e que é perverso com as populações mais empobrecidas, inclusive no acesso e permanência dessas nos sistemas educacionais que devem ser públicos, gratuitos e de qualidade. Esse projeto político em execução reúne de um lado o neoliberalismo, pregando uma progressiva diminuição da presença do estado na prestação de diversos serviços públicos, transferindo para a iniciativa privada a execução, gestão e outras tarefas nas políticas públicas e, de outro lado, um obscurantismo conservador que nega valor às ciências e à filosofia. Uma agenda pública sobre o ensino de filosofia não pode ficar descolada de uma agenda popular da educação, que precisa prever uma análise criteriosa dos artifícios desse projeto neoliberal e conservador para a formulação de propostas alternativas.

Penso que essas considerações iniciais justificam uma animação referente à produção de textos apresentadas no encontro do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar. Justificam uma chamada para uma atenção qualificada de articulação de docentes de filosofia para fazer frente aos ataques que a filosofia e seu ensino têm recebido e, também, a necessidade de se investir mais em pesquisar sobre o ensino de filosofia. O presente



texto se propõe a apresentar algumas notas para pensar sobre os desafios que o cenário atual aponta.

O contraste com iniciativas de valorização da filosofia pelo mundo

A face atual desse projeto pode ser observada no atual governo federal. Assistimos desde 2019, discursos do presidente e de ministro da educação desqualificando os investimentos na área da filosofia e das ciências humanas e sociais. As falas foram fruto de preconceito e sem nenhuma base em dados sobre a realidade de mercado de trabalho ou qualidade da formação nessas áreas. Ao mesmo tempo estamos vivenciando a implantação do “Novo Ensino Médio” em todo o Brasil, resultado da reforma definida pela Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudança estruturais no ensino médio como a implantação dos Itinerários Formativos em pelo menos 40% da carga horária.

Essa desqualificação da filosofia que assistimos no Brasil nesses anos contrasta com outros processos que ocorrem fora do país. Por exemplo, em regiões como o Vale do Silício, nos Estados Unidos, onde temos uma grande concentração de empresas da área de tecnologia de informação e comunicação, existe mercado de trabalho para profissionais da área de humanas (CAMPOS, 2019), (GAZETA DO POVO, 2016), (RUGGERI, 2019). As empresas de tecnologia precisam de profissionais das humanidades para compreenderem melhor as demandas da sociedade. Na prospecção, projeto e testagem de muitos aplicativos, por exemplo, há pesquisas conduzidas por profissionais da área de humanidades.

O Ensino de Filosofia em todo o mundo recebeu uma atenção especial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que considera a consolidação da presença da filosofia na educação básica como conquista civilizacional. Em 1953 publicou o resultado de uma pesquisa sobre o ensino de filosofia pelo mundo. Nesta obra tratou-se de relatos sobre o ensino de filosofia em: Cuba, Egito, França, Alemanha, Índia, Itália, Reino Unido, Estados Unidos da América do Norte (UNESCO, 1953). Nas últimas duas décadas essa preocupação se ampliou. Instituiu o Dia Mundial da Filosofia que é comemorado na terceira quinta-feira do mês de novembro, data na qual a UNESCO todos os anos sempre divulga uma mensagem comemorativa. Além



disso, publicou também uma série de estudos e artigos sobre o ensino da filosofia em diferentes partes do mundo e defende a sua importância para a construção de um mundo mais plural e democrático (UNESCO, 2007).

Não como argumento de autoridade, mas como ilustrativo da importância da filosofia na sociedade, poderíamos citar nomes de acadêmicos reconhecidos ou outras lideranças internacionais, como o Papa Francisco que alertou na sua Encíclica *Laudato Si* (LS110), a importância atual dessas áreas de conhecimento ao afirmar que “uma ciência, que pretenda oferecer soluções para os grandes problemas, deveria necessariamente ter em conta tudo o que o conhecimento gerou nas outras áreas do saber, incluindo a filosofia e a ética social”. Se compreendermos os diferentes conhecimentos como componentes de três grandes áreas: ciência, filosofia e artes, a falta ou presença precarizada de quaisquer uma delas é prejuízo formativo.

Atenção à revolução tecnológica em tempos de pandemia

Ao mesmo tempo que vivenciamos estes aspectos acima referidos, estamos passando por duas avalanches conjuntuais em nível mundial que possuem suas faces singulares em nossa vida do Brasil. Trata-se do aceleração da revolução das tecnologias digitais de comunicação e informação e a pandemia que impede ou dificulta o ensino presencial como antes. Ambos os processos provocaram uma intensificação do uso das tecnologias digitais na educação e, por conseguinte, no ensino de filosofia sem precedentes.

Na transmissibilidade das ideias filosóficas vivenciamos mais de dois milênios na tradição ocidental em que a oralidade e a escrita encontraram formas limitadas de registro para levar ideias para além de quaisquer fronteiras. Uma primeira revolução foi o livro impresso a partir do século XV, mas ainda de socialização limitada durante alguns séculos. Todavia, desde a difusão do uso do telefone que essas bases sofrem desafios cada vez maiores e em velocidades cada vez mais rápidas.

Nas universidades, algumas formas de seleção de candidatos, de bancas de defesa ou mesmo eventos que só pareciam possíveis se feitos presencialmente, agora sofreram alterações que, provavelmente, não permitirão nunca mais um retorno ao estado pré-



pandemia. Eventos on-line podem "reunir" público do mundo inteiro pelo acesso remoto como nunca antes foi feito nesse volume e intensidade. Os desafios da tecnologia para o ensino de filosofia são diversos, mas destacamos dois:

a) primeiramente o pensar o próprio mundo tecnológico. A filosofia que vai à escola não pode ignorar as profundas mudanças que a tecnologia tem produzido em parcela da população e a própria discussão sobre o processo de criação desse hiato na sociedade global, em que uma parte é profundamente integrada e outra parcela enorme talvez sequer tenha tido acesso ao telefone. Pensar as sociedades "tecnológicas" é pensar também os processos de subjetivação próprios desse modelo de sociedade;

b) pensar e usar as tecnologias (hardware e software) disponíveis para potencializar a aprendizagem. Afastar duas posturas patológicas na relação com a tecnologia: a tecnofobia e a tecnofilia. Ambas, seja pela aversão que a primeira cria ao uso da tecnologia ou pela adesão acrítica e ufanista que a segunda promove ao uso da tecnologia pouco ajudam a construir possibilidades e potencialidades;

Não somente o ensino e a aprendizagem são impactados pela tecnologia, mas o próprio fazer e disseminar os conhecimentos filosóficos. Sair dos modelos padrões de produção e registro do pensamento filosófico e explorar novos limites nos quais lives, podcasts, animações, filmes e muitas outras formas podem dar novos contornos ao que é produzido como filosófico. Talvez essa realidade exija múltiplos letramentos, desenvolvimento de outras competências, como por exemplo, de trabalhar com educação. Ao comentar sobre o livro didático no tópico a seguir, também abordamos a implicação do uso de novas tecnologias.

Os Livros Didáticos para ensino de filosofia

Com a reforma do Ensino Médio, o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, que desde 2012 incluiu a filosofia entre os componentes curriculares participantes, passou por transformações profundas, dado que não temos mais os livros por componente curricular, mas sim por áreas de conhecimento, além de outros materiais para temáticas como "Projeto de Vida".



A quantidade de livros publicados no PNLD de 2012, 2015 e 2018 promoveu o maior processo de publicação e distribuição de livros de filosofia de nossa história brasileira. A sequência de três edições de participação da filosofia também fomentou a produção de livros didáticos para o ensino de filosofia (GONTIJO, 2019). Se considerarmos que esse fomento era um elemento importante do contexto filosófico nacional, agora temos uma ruptura. Como esse é o primeiro ano de distribuição dos livros do PNLD no novo formato e se juntarmos as complicações de seu uso em contexto de pandemia e distanciamento social, ainda carecemos de pesquisas que analisem o atual modelo e a qualidade da presença da filosofia nesses materiais. Eis um dos desafios do momento.

Uma possível crítica a ser explorada sobre esse formato de material didático é que dificulta ao estudante entender as especificidades dos conhecimentos das diferentes disciplinas. Seria possível continuar com a política de produção de livros por disciplina e na organização do trabalho pedagógico se investir na formação dos docentes de modo que pudessem usar livros de diferentes disciplinas num trabalho efetivamente interdisciplinar.

O Livro Didático como o conjunto da filosofia não “passa batido” na revolução tecnológica. Na edição de 2015 o MEC procurou fomentar o investimento na produção de materiais digitais, mas essa iniciativa não retornou em 2018. Hoje o que já é realidade em outros países e no Brasil, em algumas redes de ensino privadas, é o uso de livro didático digital. O livro digital não é a versão em arquivo texto não editável (formato pdf ou epub, por exemplo) do conteúdo do livro, mas que busca tornar o uso do livro uma experiência muito mais interativa, pois ao ler em uma página sobre Platão lhe é oferecido um link para um vídeo sobre a vida de Platão, armazenado no youtube ou outra plataforma, ou ainda direcionado a sites com temas correlatos.

O uso massivo do hipertexto permite outras potencialidades. As atividades do livro digital, podem, por exemplo, serem feitas individualmente em qualquer campo de registro textual ou remetido a atividades de escrita colaborativa com outros colegas da turma. Os exemplos acima são muito tímidos para dar conta do potencial que pode ser pensado e feito com as plataformas com os livros didáticos digitais. Experiências ao ler um texto como ocorre nos e-readers, que permitem marcações, pesquisas, traduções e outras funcionalidades tendem a potencializar o uso desses recursos digitais.

Uma outra questão sobre o livro didático e o ensino de filosofia refere-se ao desafio desse material potencializar o pensar a escola e a educação. Se fizermos um passeio em muitos livros e manuais para ensino de filosofia perceberemos que há um silenciamento



sobre a filosofia da educação, ou seja, ensinamos filosofia nas escolas em um contexto de educação formal e ensinamos muita coisa sobre a tradição filosófica, mas livros didáticos e propostas curriculares não preveem o pensar a própria escola e os processos educacionais. Esse desafio parece se manter no novo formato do PNLD.

Uma nova relação entre filosofia e gênero

A agenda política mais ampla de defesa da democracia, dos direitos humanos, meio ambiente e questões de gênero, com a consequente denúncia das práticas que violam tal agenda também impactam as políticas educacionais, a pesquisa e ensino de filosofia. Posso dizer, mesmo sem ter dados resultantes de pesquisas acadêmicas, que assisti nos últimos 04 anos a mais eventos relativos à relação da tradição filosófica com as mulheres do que em toda a minha vida acadêmica anterior. Pode ser sinal de novos tempos, mesmo que tímidos na relação entre filosofia e as mulheres. Esse processo precisa impactar o ensino de filosofia desde a formulação das propostas curriculares até a prática docente em sala de aula.

Esse é um movimento semelhante ao que ocorre com outros atores esquecidos em boa parte de currículos da educação básica à pós-graduação como africanos, afrodescendentes, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais. Parece que aqui também já estamos em outro momento. Já temos pesquisas que mostram claramente como mantemos na universidade brasileira, graduação e pós-graduação mecanismos de silenciamento da produção filosófica feminina (ARAÚJO, 2016) (ANDRADE & GONTIJO, 2020). Uma nova postura precisa partir da afirmação:

A existência de mulheres na filosofia, de obras escritas por mulheres na história da filosofia, é uma questão de fato: mulheres produziram filosofia ao longo da história, escreveram textos filosóficos sobre questões filosóficas tradicionais e não-tradicionais, influentes e não-influente, textos argumentativos e ensaísticos, de diversos estilos e com todo o tipo de argumento. Mulheres produziram e produzem filosofia. (PUGLIESE, 2020)

Não se pode mais ignorar os dispositivos do passado e do presente que permitiram a perpetuação de uma postura misógina na filosofia. Temos pesquisas suficientes para mostrar como se deu esse processo historicamente; outras tantas pesquisas que resgatam as contribuições das mulheres ao longo da tradição filosófica e temos as mulheres produzindo filosofia em todas as suas áreas de investigação no mundo inteiro.



PUGLIESE (2020) explicita bem o que, necessariamente, precisa ser uma postura em nossas práticas de pesquisa, produção e ensino de filosofia:

Meu ponto aqui é motivar a compreensão de que qualquer reconstrução narrativa, qualquer abordagem das obras da história da filosofia, que não leve em conta as obras escritas por mulheres e os temas trazidos por elas do modo e no estilo que foram escritos por elas é uma história da filosofia incompleta. Mais ainda, uma história da filosofia feita sem considerar estas obras, estes problemas e estes estilos é uma história feita a partir de uma abordagem metodológica já obsoleta, superada e inaceitável nos nossos tempos.

Atualmente não se pode mais admitir a elaboração de um material didático ou de um programa de curso de filosofia que não contemple algum esforço para não se reproduzir o histórico de silenciamento da voz das mulheres na filosofia. Isso deve se dar ao menos em três frentes, sendo que uma diz respeito ao fato de que o gênero deve ser incorporado como problema filosófico; uma segunda, de denúncia das situações em que filósofos, ao longo da tradição, produziram filosofias que promoveram ou endossaram visões preconceituosas; a terceira é promover ações afirmativas que garantam visibilidade às filósofas contemporâneas.



A formação de docente e a incidência política

A análise do contexto brasileiro feita na parte inicial desse texto sobre o momento atual e o reconhecimento de batalhas ganhas e perdidas aqui e acolá na busca por espaços e tempos para a filosofia, na vida de estudantes da educação básica, deve levar a algo mais que formalizar muros de lamentações. Com os recursos atuais é muito rápido o levantamento da situação em cada estado ou num número grande de municípios para se elaborar diagnósticos e para conquistar mais e mais forças para as incidências necessárias junto a diferentes agentes públicos.

Se é verdade que não há conquistas da classe trabalhadora que não tenham sido resultado de muita luta por direitos, a formação para a incidência política ou o que é também chamado de *advocacy*, também deveria ser uma preocupação na formação de docentes de filosofia (obviamente de todos e todas). Profissionais de qualquer área são atores importantes nos processos de discussão, formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.

Nesses anos de implantação no Novo Ensino Médio, assistimos protestos e lamentos sobre a pouca participação popular e sobre os resultados dessa nova formatação do ensino. Sem entrar no mérito do quanto foram pouco democráticos tais processos, há que se perguntar como foi o movimento de organização, mobilização que aumentasse o poder de ação de professores para influenciar. Pode haver acomodação por parte de muitos, mas a participação política é um processo para o qual também se aprende e, portanto, também deve ser objeto de ações formativas. Ninguém nasce sabendo fazer pressão junto a tomadores de decisão, ou atuar na organização de protestos, greves, manifestações, participação em conselhos, comitês, fóruns e mesmo da educação de grupos de interesse.

O movimento que, em princípio, reduz o espaço e a visibilidade da filosofia no Ensino Médio precisa ser encarado como um movimento que ao mesmo tempo mostra a importância da filosofia. Algo que sofre tantos ataques de gente que odeia a convivência democrática nos tempos atuais deve ter seu valor. Será que não nos falta também, a uma parcela de docentes, alguma formação para a incidência política? A presença da filosofia está garantida na legislação. A forma de presença nesse contexto é processo de disputa nas esferas estaduais e mesmo municipais (se nos referirmos a sua presença no ensino fundamental).

É fundamental uma incidência política organizada, bem articulada de norte a sul do país. Talvez uma formação para a incidência política contribua para que docentes não se sintam isolados em suas escolas e municípios e encontrem formas criativas de interação, constituição de redes e mecanismos de pressão social sobre gestores públicos, parlamentares e judiciário.

Essa discussão entre docentes pesquisadores/as da área de ensino de filosofia não é nova, conforme VELASCO (2020, p.91)

Ademais, na reunião ocorrida em 2012, os integrantes do GT [...] discutiram “a necessidade de criação uma associação nacional de professores que represente demandas políticas dos professores”. Uma demanda que, em 2019, permanece necessária e voltou à pauta de preocupações do GT no encontro realizado em São Luís/MA.

Entre tantas possibilidades, a organização de fóruns e associações de professores de filosofia que já começou a contecer, além das articulações em entidades nacionais mais



tradicionais pode ser uma boa iniciativa, desde que não se percam nas burocracias internas. Talvez seja a hora, como já temos em outras áreas como a Sociedade para o Progresso da Ciência – SBPC, Sociedade Brasileira de Ensino de Química – SBEnQ, Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, termos também uma Sociedade Brasileira para o Ensino de Filosofia (ou para a Educação Filosófica).

Eduardo Barra, coordenador nacional do Mestrado Profissionalizante em Filosofia – PROF-FILO e professor de filosofia na Universidade Federal do Paraná, em uma entrevista ao *Transversal: International Journal for the Historiography of Science* (BARRA, 2021, p.10) entre outros assuntos tratados, comentou sobre o desafio do ensino de filosofia atualmente depois da reforma do Ensino Médio, da BNCC e da criação de escolas cívico-militares. Afirmou que a ANPOF tem feito um trabalho importante, mas que precisamos construir outra entidade, como uma “Sociedade Brasileira de Ensino de Filosofia” que em parceria com a ANPOF construa uma agenda positiva para o ensino de filosofia. Apontou que essa entidade daria continuidade ao trabalho já iniciado pela Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - SEAF, pelo GT – Filosofar e Ensinar a Filosofar e pelo PROF-FILO.



A ANPOF e o ensino de filosofia

Desde o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia - ANPOF de 2012, com a primeira edição da “ANPOF Ensino Médio”, o número de apresentações de trabalhos relacionados ao Ensino de Filosofia na Educação Básica aumentou consideravelmente a ponto de podermos afirmar que é o tema com maior número de trabalhos nos últimos eventos, dado que além das apresentações na ANPOF Ensino Médio, temos os trabalhos apresentados no GT Filosofar e Ensinar a Filosofar e ainda temos sessões temáticas.

A mobilização que a diretoria da ANPOF nesse ano de 2021, tendo a participação do GT – Filosofar e Ensinar a Filosofar e de pessoas do Mestrado Profissional em Filosofia na promoção dos eventos e publicações sobre ensino de filosofia no mês de outubro é resultado de um amadurecimento sobre a importância da área de Ensino de Filosofia dentro

da associação. Isso coloca novos desafios que têm sido discutidos por docentes de filosofia da educação básica e nas IES:

- a) Seria hora de separar a ANPOF do EM do evento bianual da ANPOF? Ter um evento próprio poderia garantir mais espaço para a quantidade de trabalhos tanto de relatos de experiências como resultados de pesquisas. Por outro lado, essa interação maior entre as pesquisas na Pós-Graduação em filosofia e pesquisas e relatos de experiências que o encontro promove é um enriquecimento para ambos.
- b) A existência do PROF-FILO por si só reforça a necessidade de respostas sobre o espaço de apresentação de trabalhos sobre ensino de filosofia. Se tivermos 100 dissertações anuais, não seria o caso de algum evento abrigar 100 apresentações ou alguma forma dar mais publicidade para tais pesquisas e interação entre aqueles envolvidos nelas (docentes, orientadores/as e estudantes).
- c) Em diversos municípios brasileiros há a prática do ensino de filosofia no ensino fundamental, inclusive há a prática da filosofia com crianças. Já assistimos à criação e finalização de iniciativas para o fomento desse ensino. Em se mantendo uma interação entre ANPOF e ensino de filosofia, não seria a hora de ampliar para toda a Educação Básica e não apenas com o Ensino Médio. Caso contrário, como nos articularmos para manter um fórum permanente de articulação e interação entre docentes e pesquisadores/as.

Essas questões podem ser vinculadas com o tópico imediatamente anterior acima sobre a incidência política, dado que outras iniciativas de articulação e interação entre quem trabalha com a pesquisa e o ensino de filosofia podem gerar fóruns adequados para planejar e promover novos espaços para a socialização das pesquisas atuais e vindouras.

As experiências das olimpíadas de Filosofia

Esse é um campo em que temos tido algumas continuidades e avanços. As olimpíadas de conhecimentos envolvendo estudantes da educação básica já são tradição no Brasil, sendo que em algumas áreas contam diretamente com verbas públicas e



parcerias entre organizações sociais e poder público para organizá-las, como é o caso, por exemplo da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP.¹

Alguns registros indicam que a primeira olimpíada de filosofia no Brasil ocorreu em 2008 no Estado do Rio Grande do Sul e depois tivemos em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, mas mesmo mais de dez anos após a sua primeira Olimpíada, o Brasil ainda não possui uma edição em nível nacional. Já contamos com estudantes brasileiros participando da Olimpíada Internacional de Filosofia desde 2017. Essas olimpíadas iniciaram em 1993² e contam com apoio institucional da UNESCO e da Federação Internacional das Sociedade de Filosofia (FISP).

Conforme Lara Sayão e Daniel Gaivota (2021), em um artigo publicado na Coluna ANPOF, refere-se à Olimpíada : “ *a do Rio de Janeiro, que acontece desde 2013, é uma atividade educativa filosófica onde não há competição, mas colaboração na discussão de um tema*” e explica a inspiração para essa série de olimpíadas no Rio de Janeiro no pensamento do filósofo uruguaio Maurício Langón e detalha o modo como ocorre: “*professores e estudantes de todo o Estado do Rio se reúnem em torno de uma temática filosófica, a cada ano, com o objetivo de juntos, enfrentarem o problema filosófico em questão*”.

Uma questão cujo debate pode ser interessante diz respeito a como integrar mais programas como PIBID e Residência Pedagógica com iniciativas como as Olimpíadas de Filosofia. A interações entre organizadores das olimpíadas em diferentes estados que permitem enriquecimentos mútuos em suas edições pode ser um bom exemplo do que dissemos acima sobre uma aprendizagem para a incidência política. A articulação entre organizadores tem permitido a continuidade e ampliação do trabalho feito nessas iniciativas.

Filosofias não ocidentais e os contextos brasileiros

Parece-me interessante pensar a possibilidade de um ensino de filosofia que vá na contramão de uma característica que parece predominante na filosofia acadêmica brasileira: o não produzir filosofia desde o Brasil. Ou seja, é introduzir ou colocar-se num

¹ Maiores informações podem ser obtidas em <http://www.obmep.org.br/>.

² Maiores informações podem ser obtidas em <https://noic.com.br/olimpiadas-filosofia/ipo/>



movimento que não se configura como uma “língua de segurança”, mas sim de experimentação ou do que podemos chamar uma experiência de pensamento a partir do que pode ser considerado próprio de uma comunidade, cidade ou região ou do Brasil.

Na obra “El pensamiento filosófico latino-americano del Caribe y “latino” (1300 – 2000): história, corrientes, temas y filósofos” (BORROQUEZ, DUSSEL e MENDIETA, 2005), ao incluir o período anterior ao início da colonização, autora e autores fazem um reconhecimento como pensamento filosófico de saberes produzidos por povos originários da América Latina. Podemos nos perguntar sobre como é vista essa postura na maioria de nossos departamentos de filosofia.

Nosso ensino de filosofia ignora, por exemplo, cosmovisões como o conceito de “Bem-Viver” - *sumak kawsay*, que compreende uma concepção de vida de povos andinos e a sua relação com o meio ambiente como um todo. E expressa a *cosmovisão* desses povos originários e tem sido usado para se contrapor ao modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental, na qual o Brasil está inserido. Teríamos a possibilidade de praticar efetivamente a filosofia entendida como modo de vida e não apenas como acúmulo de repertório teórico, ainda que tal repertório seja importante.

Na experiência como docente no Ensino Médio e, depois, como formador de professores de filosofia tive interação direta e constante com diferentes currículos e materiais didáticos de outras disciplinas. Pude constatar, empiricamente, que há, por vezes, um certo ocultamento de outras tradições de pensamento. E, o que é pior, quando há menções a essas tradições, estas ocorrem de forma pejorativa.

Nessa perspectiva, também podemos avançar e construir uma aproximação da filosofia ensinada em escolas regulares com as experiências de formação que são feitas em outros contextos, como a educação no campo, a educação quilombola e indígena e outras populações tradicionais. Ainda caberia nos questionar como a filosofia que ensinamos pode dialogar mais com a cultura popular.

Faltam pesquisas que permitam afirmações mais categóricas, mas em diálogos com pesquisadores pelo Brasil e observando publicações de livros, revistas e trabalhos de conclusão de curso, pode-se dizer que o pensamento dos povos tradicionais não é quase considerado nos currículos de filosofia e nos livros didáticos. Da mesma forma, uma adequada formação filosófica talvez exija de docentes de diferentes níveis de instrução



expandir a extensão do que se compreende como filosofia e incluir as produções como filosofia oriental, africana e latino-americana. Apresentar essa diversidade de perspectivas filosóficas permite descolonizar o pensamento e compreender que todos os povos foram desafiados a responder as questões sobre a existência e seu sentido.

No que se refere à filosofia produzida no Brasil, podemos por exemplo, não aceitar o diagnóstico feito por VITA (1969, p.4)

Disto resulta que a História da Filosofia no Brasil adquire grande importância, pois serve não só para determinar a sua generalidade, a sua aplicação às atividades humanas e a sua flexibilidade cultural, como também para compor a nossa própria história institucional: o Segundo Império é “ecletico”, a Primeira República é “positivista” e o movimento de 1º de abril de 1964 é “maniqueu”. Conhecer o sentido destas posições filosóficas é entender o sentido de nossas próprias instituições políticas...

Todavia, aceitar ou não a análise feita por Luis Whashington Vita implica em investir na pesquisa sobre a história da filosofia no Brasil e possíveis ou não correlações entre os processos históricos aqui vivenciados com as possíveis perspectivas filosóficas que podem ter embasado tais processos.

Para não encerrar...

A lista de desafios poderia ser ampliada e cada tópico poderia ser desdobrado em outros tantos. Superar os ataques que a filosofia recebeu nos últimos anos, a necessidade de valorizar a produção filosófica feminina, tradições não ocidentais, a revolução tecnológica, os livros didáticos, a formação para a incidência política, os Encontros da ANPOF, o aumento da produção de pesquisas sobre ensino de filosofia e o apoio às olimpíadas de filosofia são apenas alguns destes desafios e certamente mereceriam abordagens muito mais abrangentes. Todos os tópicos podem e devem ser completados com outras questões que não foram aqui trabalhadas. Ao terminar o texto, eu mesmo visualizo diversos aspectos.

Aqui, almejamos apenas alertar que a realidade do ensino de filosofia é dinâmica e a superação de alguns obstáculos não permitem acomodações, dado que novos desafios são colocados a cada momento, seja pela dinâmica próprias das práticas de ensino e de pesquisa sobre o ensino, como pela conjuntura política e as alterações nas políticas públicas educacionais. Um adequado mapeamento dos desafios e dos avanços é tarefa em andamento. A título de exemplo dessa dinâmica, podemos citar a recente desistência da



prefeitura de Porto Alegre³ de substituir o ensino de filosofia no ensino fundamental pelo ensino religioso, apesar de querer incluir objetivos deste nas aulas.

Quando iniciei este texto apontando a riqueza de apresentações de trabalhos do encontro do GT – Filosofar e Ensinar a Filosofar em 2019, estava com a memória de várias delas e das possíveis conexões que elas podem fazer com tantas outras. As publicações em diferentes periódicos dos textos apresentados no evento mostram o crescimento e amadurecimento dessa produção. É resultado do empenho de tantos/as docentes.

É preciso acreditar que esse processo ainda pode crescer e levar a produzir muito, mesmo que em movimentos pequenos. “*Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos*” (Deleuze, 2000, p.209). Se são várias frentes, se já sabemos que enfretaremos controles e é impossível atuarmos todos em todas, acreditar que em alguma delas podemos atuar é uma boa perspectiva. Dialogar com algum/a colega e engendrar uma primeira ação é início de mudança nesse cenário.



Referências bibliográficas

ANDRADE, Megue Magalhães e GONTIJO, Pedro Erginaldo. Uma interrogação acerca da relação entre a filosofia e as mulheres na Universidade. *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 11. n. 3 (2020), p. 258-281 ISSN 2236-8612
doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v11i3.53958>

ARAÚJO, Carolina. *Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil - 2015*. Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, 2016. Disponível em: http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf
Acesso em: 20 fevereiro 2017.

CAMPOS, Pedro de Abreu Monteiro. A ética na cibernética: a importância da Filosofia para a tecnologia e o Direito. *Portal JOTA*. 2019. <https://www.jota.info/carreira/filosofia-tecnologia-direito-24052019>

DELEUZE, Gilles. *Conversações*, Tradução: Peter Pál Pelbart. 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Editora 34, Rio de Janeiro, 2000

³ Maiores informações podem ser obtidas em diferentes sites na internet. <https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/acordo-permite-manutencao-da-filosofia-na-grade-curricular-das-escolas-municipais>

GAIVOTA, D. e SAYÃO, L. Olimpíada de Filosofia do Rio de Janeiro, uma viagem! In *Coluna ANPOF*. Publicado em 28/10/2021. <https://anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/olimpiada-de-filosofia-do-rio-de-janeiro-uma-viagem>. Acessado em 01/11/2021.

GAZETA DO POVO. *As grandes empresas de tecnologia agora querem artistas e profissionais de humanas*. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/inteligencia-artificial/as-grandes-empresas-de-tecnologia-agora-querem-artistas-e-profissionais-de-humanas-9unsbff0m752htiam1p4o2djr/>. Acessado em 10 de outubro de 2020.

GONTIJO, Pedro Egnaldo; VALADÃO, Erasmo Baltazar. Ensino de filosofia no ensino médio nas escolas públicas no Distrito Federal: história, práticas e sentidos em construção. *Cad. Cedes*, v. 24, n. 64, p. 285-303, UNICAMP: Campinas.SP. 2004.

GONTIJO, Pedro. O ensino de Filosofia no Brasil: algumas notas sobre avanços e desafios. *Perspectivas*, v. 2, n. 1, p. 3-17, 2017.

GONTIJO, Pedro et al. *A avaliação de obras do componente curricular filosofia no PNL D 2018*. Veritas (Porto Alegre), v. 64, n. 1, p. 30298, 2019.

KOHAN, Walter Omar; GONTIJO, Pedro Egnaldo; Fávero, Altair Alberto; Ceppas, Filipe; Gallo, Silvio. O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. In: *CADERNOS CEDES 64: A filosofia e seu ensino*. Campinas, vol. 24, n. 64, set/dez 2004b, p. 257-280.

MAZAI, Norberto e RIBAS, Maria Alice Coelho. Trajetória do Ensino de Filosofia. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001.

PINHO, R.I.B.V. O Ensino da Filosofia no Brasil: Considerações Históricas e Político-Legislativas. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 757-771, jul./dez. 2014.

PUGLIESE, N. Filosofia, substantivo feminino. In *Coluna ANPOF*. Publicado em 09/03/2020. <http://anpof.org/portal/index.php/en/comunidade/coluna-anpof/2500-filosofia-substantivo-feminino>. Acessado em 01/11/2021

RUGGERI, Amanda. *Faculdades de humanas dão menos retorno que outras?* BBC 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48071414>; acessado em janeiro de 2000.

SARDA, Daniela Nienkötter. A História do Ensino da Filosofia no Sistema Escolar Francês e Brasileiro. *História da Educação*, Santa Maria, v. 22, n. 56, p. 187-206, dez. 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/75689>. acesso em 15 set. 2019.

UNESCO. *The Teaching of philosophy: an international enquiry of UNESCO*. 1953.

UNESCO. *Philosophy: a School of Freedom*. UNIESCO:2007.

VELASCO, Patrícia Del Nero. *Filosofar e ensinar a filosofar: registros do GT da Anpof 2006-2018* – 1 ed – Rio de Janeiro: NEFI, 2020 – (coleções; 4).

GONTIJO, Pedro. POSFÁCIO: O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL E ALGUNS DE SEUS DESAFIOS. p. 234-251.



VITA, L.W. *Panorama da Filosofia no Brasil*. Editora Globo: Porto Alegre- RS. 1969. Págs. 4.



GONTIJO, Pedro. POSFÁCIO: O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL E ALGUNS DE SEUS DESAFIOS. **Kalagatos**, Fortaleza, Vol.18, N.2, 2021, p. 234-251.

Recebido: 10/2021
Aprovado: 11/2021

